### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31DE DEZEMBRO DE 2022

A Administração da INEPAR S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial, em cumprimento às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e às práticas contábeis brasileiras, em atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, submete à apreciação dos acionistas os fatos e eventos do ano, bem como o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, Relatório do Auditor e Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

#### Mensagem do Presidente

2022, ano eleitoral, ainda com resquícios da pandemia, mercado de infraestrutura ainda aguardando direcionamento político, regulatório e econômico, taxa de juros elevada, risco de inflação, volatilidade no câmbio e na bolsa de valores refletindo o "mau humor" de investidores e empresários. Mesmo com todas as adversidades, para o Grupo Inepar, 2022 foi o ano da retomada.

Através da nossa empresa IESA Projetos que atua na fabricação de equipamentos, partes e peças em nossa fábrica de Araraquara atendemos clientes como GE, Voith, CTG Brasil, Randon entre outros igualmente importantes. Destaque para os novos clientes deste ano: CTG Brasil e Randon.

O grande destaque foi marcado pelo redirecionamento da ENISA para prestação de serviços em Engenharia, Fornecimento, Construção e Montagem (EPC) com foco nos setores de O&G e Energia. Algumas importantes ações foram desenvolvidas em 2022: i) reunimos toda a competência das empresas do Grupo Inepar e alocamos os principais atestados e acervos técnicos na ENISA; ii) revisitamos e atualizamos o Plano de Integridade do Grupo Inepar e o implantamos na ENISA; iii) visitamos diretamente o mercado, sem intermediários, acessando clientes de grande porte; iv) no setor de O&G, antigas parcerias foram resgatadas, no setor de Energia novas parcerias foram formatadas; v) foram apresentadas propostas com valores significativos ao longo do ano – mais de R\$ 2,5 bilhões para prestação de serviços de EPC.

Já na Inepar Indústria e Construções, foi um ano marcado por situações delicadas no âmbito do Plano de Recuperação Judicial. Ainda sem fluxo de caixa operacional robusto que sustente as despesas operacionais e as obrigações do PRJ, recorremos à monetização de *claims* e ao levantamento de depósitos judiciais.

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em abril/2022, tivemos o leilão público para venda das UPIs O&G e Projetos, onde dois participantes apresentaram propostas, tendo a decretação de um vencedor que não concretizou o pagamento. O segundo proponente, Melville, reforçou seu interesse e apresentou uma petição ao juiz da RJ manifestando sua vontade de cobrir a oferta apresentada pelo primeiro proponente. Infelizmente, ainda estamos aguardando o desfecho com a concretização do pagamento.

Mesmo com todas as adversidades apresentadas, em novembro de 2022, o juíz da RJ decretou o fim da RJ do Grupo Inepar após quase 8 anos do seu início – para finalizar completamente ainda falta o <u>trânsito em julgado.</u>

2023 inicia-se turbulento e alvissareiro ao mesmo tempo. Turbulento pois as esferas política e econômica ainda estão desalinhadas ocasionando a postergação das decisões de investimentos. O Governo Federal sinalizou aumento dos gastos públicos contando com um igual crescimento da arrecadação fiscal. Este aumento de arrecadação terá que ser cumprido, caso contrário, desajuste na economia e, consequentemente atraso na decisão de novos investimentos. Daí a turbulência e, como nosso mercado demanda investimentos em infraestrutura, que por sua vez, necessita de ambiente regulartório, político e econômico estável, temos incertezas quanto a retomada do mercado.

Por outro lado, para embasar a nossa visão alvissareira, o Governo Federal vem anunciando a retomada de investimentos públicos em infraestrutura em conjunto com a iniciativa privada, principalmente nos setores de Energia, Transporte e Óleo & Gas (*Jornal Valor Economico* – "Rascunho do Novo PAC anima setor privado" – 23/03/2023).. Adicionalmente, reforça a necessidade de fortalecer a indústria nacional, com aumento dos investimentos da Petrobras em novas fontes de energia e novos campos de petróleo.

Internamente, 2023 será um ano intenso pós RJ, marcado por: i) intensa atividade comercial para colocar novos projetos em carteira de modo que nosso fluxo de caixa operacional fique positivo; ii) renegociação com nossos principais credores; iii) intensificação das operações para monetização de claims e levantamento de depósitos judiciais; iv) manutenção da política de controle de custos e despesas.

Estamos confiantes, vamos em frente!

Um forte abraço, Ricardo Aquino Filho

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

#### Desempenho do execício de 2022 e Principais Conquistas

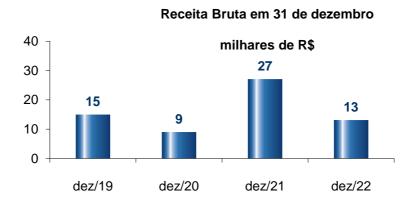
#### 1) Principais conquistas de 2022

- Decisão Judicial em nov/22 do encerramento da Recuperação Judicial, após cumprimento de 100% das dívidas relativas ao biênio de Fiscalização, e esperamos o trânsito em julgado dessa decisão para os próximos meses;
- Após fechamento da Transação Tributária em dez/21, iniciou-se os trabalhos para aproveitamento de prejuízo fiscal acumulado para pagamento de até 70% do saldo devedor:
- Leilão da UPI's IPM e IOG;
- ENISA se apresenta ao mercado como empresa de EPC, participando de importantes licitações, aliada à tradição da Inepar/lesa, voltando o foco para o seu mercado core de Energia e O&G principalmente;
- Prospecção de negócios que superaram os R\$ 3 bilhões em propostas; e
- Protocolo nos orgão competentes para criação de uma ZPE no site de Araraquara, o que esperamos ter aprovação no primeiro semestre de 2023, gerando negócios e empregos para o Grupo e para a Região.

#### 2) Desempenho do Exercício de 2022

#### Fontes de receita

As principais fontes de receita da Companhia são as áreas de prestações de serviços na fabricação de equipamentos para os segmentos de geração de energia, óleo e gás, entre outros. A Companhia reportou em 2022 uma receita bruta de R\$ 13,5 milhões (resultado consolidado da controladora e todas as controladas). As receitas de 2022 foram aproximadamente 50% inferiores ao mesmo período do ano anterior de 2021, tendo em vista as dificuldades enfrentadas pela Companhia no fechamento das licitações/pedidos por conta da nossa permanência na Recuperação Judicial.



### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31DE DEZEMBRO DE 2022

#### Resultado Econômico

O prejuízo acumulado da Companhia no exercício de 2022 foi de R\$ 366,5 milhões, enquanto que no mesmo período de 2021 foi apurado um lucro de R\$ 1.301 bilhoes. O lucro do exercício de 2021 foi gerado principalmente pelo reconhecimento no resultado de claims com decisão transitada em julgado, e pelo acordo assinado com a PFGFN em dezembro de 2021, o que possibilitou obter descontos de até 70% do montante de juros, multas e encargos.

Já o prejuízo do exercício de 2022, se deveu, principalmente, em função das correções dos passivos financeiros, principalmente da dívida com o BNDES e Debêntures da 5a. emissão, bem como a correção do passivo tributário consolidado através da Transação Tributária, e outras contingências passivas o que representou um total de R\$ 294 milhões.

Além disso, o resultado bruto operacional foi negativo em R\$ 7,5 milhões devido, principalmente, ao baixo nível de receita auferido pela companhia e pelos reconhecimentos de custos complementares dos projetos que estão em fase de encerramento das empresas e consórcios que a controlada IESA Óleo & Gás detêm participação.

A carteira de pedidos apresenta uma evolução em comparação aos trimestres anteriores, conforme demonstrado abaixo:



#### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

A empresa vem intensificando suas ações na área comercial e com substancial elevação na geração de propostas nas áreas de Óleo & Gás (Petrobras, outras operadoras-concessionárias e Consórcios Fornecedores de Ampliação e Modernização de plantas); Geração de Energia (oportunidades em reforma e modernização de usinas hidroelétricas) com abordagem direta aos clientes finais como Sistema Eletrobrás, Copel, EMAE, CTG, Spic, etc, bem como serviços em regime EPC em diversas áreas e na prestação de serviços industriais (fabricação de partes e peças) para clientes como Voith, GE Hydro, Nuclep, CTG, Randon, entre outros.

A Geração de propostas ultrapassou, nos dois últimos trimestres de 2022, a casa de R\$ 3.5 bilhões e apresenta resultados venda de equipamentos de unidade de Araraquara (Petrobras, Acelem, Nuclep, Iplan-Caramuru Alimentos e CIR – Uruguai, entre outros). Para as propostas em EPC's o período de avaliação e tomada de decisão destes segmentos é historicamente entre 4 a 8 meses e há grande estoque de ofertas em análise, possivelmente até em função do processo eleitoral de final de 2022.

Apresentamos a seguir uma PROJEÇÃO do Balanço Patrimonial de 31/12/2022 considerando os valores dos seguintes ativos: (i) monetizáveis compostos pelo FIDC, (ii) pelos ativos monetizáveis fora do FIDC, iii) Aproveitamento dos prejuízos fiscais para liquidação de até 70% dos valores da transação tributária, conforme Portaria da PGFN nº 6757 e Portaria nº RF nº 208, de 12 de agosto de 2022.

Nenhum destes pontos foram contabilizados no Balanço auditado, em que pese todos os custos relacionados a estes pontos foram devidamente computados e contabilizados.

Tal projeção se faz necessária em função das orientações de nossos auditores, em relação às restrições de contabilização impostas pelas regras contábeis vigentes e extremamente rígidas. Entendemos que este Balanço Gerencial, demonstra melhor a posição de ativos e passivos da Companhia, uma vez realizados, de forma conservadora, os ativos aqui indicados.

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31DE DEZEMBRO DE 2022

### Balanço Gerencial Projetado

(Em milhares de reais)	Consolidado			
	Balanço Patrimonial	Balanço Projetado		
ATIVO	31/12/2022	AJUSTES	31/12/2022	
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	1.919	-	1.919	
Contas a receber de clientes	6.605	-	6.605	
Títulos e valores mobiliários	9	-	9	
Estoques	7.244	-	7.244	
Impostos a recuperar	76.880	-	76.880	
Dividendos a receber	14.796	-	14.796	
Outros créditos	1.526	-	1.526	
Total do Ativo Circulante	108.979	-	108.979	
Não Circulante				
Contas a receber de clientes	133.999	-	133.999	
Partes relacionadas	-	-	-	
Títulos e valores mobiliários	688	734.059	734.747	
Impostos a recuperar	93.308	189.201	282.509	
Depósitos judiciais	129.764	-	129.764	
Outros créditos	6.579	1.211.321	1.217.900	
Investimentos	243.011	-	243.011	
Imobilizado	211.446	-	211.446	
Intangível	392.259	-	392.259	
Total do Ativo Não Circulante	1.211.054	2.134.581	3.345.635	
Total do Ativo	1.320.033	2.134.581	3.454.614	

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

	Consolidado			
	Balanço Patrimonial	В	Balanço Projetado	
PASSIVO	31/12/2022	AJUSTES	31/12/2022	
Circulante				
Fornecedores	64.619	-	64.619	
Financiamentos e empréstimos	390.730	-	390.730	
Debêntures	14.881	-	14.881	
Salários e encargos sociais	96.658	-	96.658	
Impostos e contribuições a recolher	291.740	(77.025)	214.715	
Dividendos propostos	3.341	-	3.341	
Adiantamentos de clientes	33.143	-	33.143	
Títulos a pagar	101.406	-	101.406	
Outras contas a pagar	217.123	-	217.123	
Total do Passivo Circulante	1.213.641	(77.025)	1.136.616	
Não Circulante				
Financiamentos e empréstimos	232.367	_	232.367	
Debêntures	238.625	_	238.625	
Impostos e contribuições a recolher	847.672	(608.168)	239.504	
Partes relacionadas	116.328	-	116.328	
Impostos diferidos	100.532	771.709	872.241	
Provisão de custos e encargos	2.303	771.705	2.303	
Provisão para contingências	163.205	_	163.205	
	9.760		9.760	
Provisão para passivo a descoberto	16.253	-	16.253	
Outras contas a pagar				
Total do Passivo Não Circulante	1.727.045	163.541	1.890.586	
Patrimônio Líquido				
Participação dos minoritários	3.124	-	3.124	
Patrimônio líquido da controladora				
Capital social	495.461	-	495.461	
Gasto com subscrição de ações	(3.073)	-	(3.073)	
Reserva de capital	180.292	-	180.292	
Reserva de reavaliação	23.126	-	23.126	
Debêntures perpétuas	263.503	-	263.503	
Créditos quirografários a converter	16.914	-	16.914	
Prejuízos acumulados	(3.445.620)	2.141.655	(1.303.965)	
Ajuste de avaliação patrimonial	845.620	-	845.620	
	(1.623.777)	2.141.655	517.878	
Total do Patrimônio Líquido	(1.620.653)	2.141.655	521.002	
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	1.320.033	2.228.171	3.548.204	

### Notas explicativas relativas ao Balanço Gerencial Projetado

**01-** No Balanço Patrimonial de 31/12/2022, a Companhia não registrou os valores totais dos pleitos apresentados aos clientes. No entanto, devido à alta probabilidade histórica de êxito, estes foram incluídos para demonstração do balanço projetado da Inepar S.A Indústria e Construções - Em Recuperação Judicial. Estes pleitos compreendem discussões jurídicas e administrativas de alterações no escopo e preços de contratos de prestações de serviços e venda de equipamentos, já encerrados junto aos clientes das Organizações Inepar. Os valores dos pleitos estão lançados na linha de outros créditos, no valor provável de recebimento de R\$ 1,490 bilhões, de um total em discussão de R\$ 2,250 bilhões, representando 65% de êxito, totalmente compatíveis com nossa média histórica.

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31DE DEZEMBRO DE 2022

- **02-** As rubricas de impostos e contribuições a recolher tiveram uma redução em razão da publicação da Portaria da PGFN nº 6757, de 29 de julho de 2022, e Portaria RF 208, de 12 de agosto de 2022 as quais estabelecem que as empresas em recuperação judicial e que realizaram a transação tributária, possam abater o saldo devedor em até 70% com a utilização dos prejuízos fiscais acumulados.
- **03-** Na rubrica de Títulos e Valores Mobiliários estão lançados os ativos aportados no FIDC Taranis-NP, também representados por aditivos contratuais em discussões jurídicas e administrativas.

O FIDC Taranis é constituído sob a forma de condomínio fechado, e destina-se exclusivamente a investidores qualificados, tal qual como definidos pela legislação vigente.

As Companhias efetuaram um aporte no valor de R\$ 619,1 milhões, através dos créditos oriundos de processos judiciais em andamento, que hoje somam aproximadamente R\$ 1,256 bilhões. A monetização destes ativos tem sua eficácia comprovada historicamente acima de 60% e foram analisados e avaliados por empresas especializadas que acataram o valor de face com um desconto por eventuais insucessos, superior a 40%. Nossa expectativa de monetização destes claims é da ordem de R\$ 816 milhões ao longo dos próximos anos.

#### A Evolução do Plano de Recuperação Judicial

No final de 2014, a Companhia, devido ao ambiente macroeconômico e político do Brasil nos últimos anos e, por consequência, as pressões estruturais, dinâmica inflacionária e elevada taxa de juros em um ambiente de baixo crescimento e desconfiança, principalmente em nosso ramo de atuação industrial e de infraestrutura, obrigou-se a implantar um plano global de restruturação que culminou no seu pedido de Recuperação Judicial.

Em 15 de maio de 2015, os credores da Inepar e de suas principais empresas, reunidos em Assembleia Geral, deliberaram pela aprovação do Plano de Recuperação Judicial proposto pelas empresas em recuperação.

Dentro do contexto da recuperação,

- Os ativos da IESA/Inepar foram avaliados em R\$ 3,2 bilhões em novembro de 2014.
- O Plano de recuperação judicial do Grupo Inepar/lesa foi aprovado por 90% dos credores.
- Redução do passivo sujeito à RJ de aproximadamente R\$ 2,4 bilhões.
- Pagamento do passivo sujeito à RJ via conversão da dívida em patrimônio líquido, com emissão de debêntures perpétuas conversíveis em ações da INEP3. Com a eventual conversão das debêntures em ações, o capital da empresa passaria a ser pulverizado e com uma base acionária muito maior, sendo que o conjunto da participação dos credores concursais passará a deter 83,5% de participação societária.

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

- A Reestruturação promoveu a liberação de bloqueios e desonerou 6 ativos "non core" que foram fonte de recursos para a estabilização da Companhia.
- Maior conversão de dívida em participação da história do país via solução inovadora, com a emissão das debêntures perpétuas, não exigíveis e conversíveis em ações ordinárias da Companhia ("INEP3"), remuneradas por lucro, sem desconto no valor de face das dívidas novadas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa.
- Liquidação superior a 99% dos compromissos assumidos com o plano de recuperação judicial.
- Monetização de ativos superior ao pactuado no Plano de Recuperação Judicial, avaliado à época do Plano por R\$ 658 milhões, e que, até a publicação deste Balanço obteve um resultado muito superior, totalizando R\$ 1,015 bilhões, o que demonstra a seriedade e eficácia dos diversos "claims" em discussão administrativa e/ou judicial pela Companhia.

Vale salientar que 99% da dívida exigível para encerramento já foi devidamente liquidada conforme demonstrado abaixo e que, a Companhia vem buscando uma composição junto ao BNDES para sanar definitivamente seus débitos:

RJ GRUPO INEPAR - CONCURSAL					
Classe	Saldo devido incontroverso dentro do biênio (R\$ M)	Saldo devido incontroverso fora do biênio (R\$ M)	Saldo total devido (R\$ M)	Valor pago até o momento (R\$ M)	
Classe I	•	R\$ 29,50	R\$ 29,50	R\$ 147,20	
Classe II	R\$ 28,20	Em discussão BNDES	R\$ 28,20	R\$ 199,50	
Classe III	-	-	-	R\$ 1.993,70	
Classe IV	-	R\$ 13,00	R\$ 13,00	R\$ 27,20	
Total	R\$ 28,20	R\$ 42,50	R\$ 70,70	R\$ 2.367,60	

Em 07/11/2022, a Companhia apresentou petição ao D. Juízo da Recuperação judicial demonstrando o total cumprimento das obrigações relativas ao biênio de fiscalização, nas classes I, II, III e IV, o que permite viabilizar, a critério do Juiz, o encerramento do processo de Recuperação Judicial.

Neste cenário, em 17/11/2022 o D. Juízo da Recuperação Judicial reconheceu o cumprimento do Plano de Recuperação no período de fiscalização e proferiu a decisão de encerramento da Recuperação Judicial.

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31DE DEZEMBRO DE 2022

Vale destacar que, diante dos demais temas em curso no processo de Recuperação Judicial, temas estes essenciais para o efetivo soerguimento da empresa, foi interposto pelas Recuperandas Recurso de Apelação, a fim de que fosse reconhecido que (i) a competência do Juízo da Recuperação Judicial se estende até o trânsito em julgado da decisão de encerramento, bem como para que (ii) o Juízo aprecie e profira decisões sobre constrições do patrimônio das Recuperandas, que ainda não foram objeto de julgamento, e, ainda para que (iii) o Juízo prossiga, nos autos principais ou em incidente apartado, com a alienação, via expedição de novo Edital, do ativo UPI IPM IOG, alienação esta essencial para o cumprimento do Plano de Recuperação Judicial e das obrigações necessárias para a manutenção da atividade empresarial, cumprimento este que vai além do biênio adimplido.

Assim, feitos estes esclarecimentos, verifica-se o cenário atual das Recuperandas, sendo manifesto que (i) esta continua trabalhando para o deslinde de operações e reestrutura necessárias para seu efetivo soerguimento e que (ii) a Recuperação Judicial permitiu às Recuperandas adimplir e quitar passivo trabalhista superior a 230 milhões de reais, sendo livre de dúvidas a importância da manutenção da atividade empresarial desenvolvida pelas Recuperandas, eis que referida atividade é fonte de geração de empregos, arrecadação de impostos e movimentação de bens e serviços.

É certo que ainda se faz necessária reestruturação final, que demanda alienação de ativos em curso e readequação operacional, inclusive com o enquadramento da área de atuação antes e pós referida alienação, mas estas operações e reestruturações se encontram totalmente vinculadas, dependendo uma da outra, sendo certo que o deslinde destes temas trará o efetivo soerguimento.

#### Aproveitamento dos Atos para Alienação da UPI IPM / IOG

Transcorrido o prazo para comprovação do preço da aquisição da UPI IPM/IOG, e tendo a Melville Capital Group LLC novamente se manifestado pelo interesse na aquisição da UPI pelo preço da proposta vencedora, no valor de US\$ 153.000.000,00, conforme informado no fato relevante de 26/08/2022, a Companhia, por exercício de poder geral de cautela, apresentou petição (i) concordando com o aproveitamento da UPI, conforme requerido pela Melville, e ou (ii) abertura de novo processo competitivo de aquisição da UPI IPM / IOG.

O D. Juízo da Recuperação Judicial indeferiu a proposta da Melville com a justificativa que a requerente já havia tido oportunidade de participar do certame, inclusive na qualidade de *stalking horse*, e deixou deliberadamente de cumprir com as obrigações do Edital. Diante da decisão, a Inepar interpôs agravo, buscando autorização para abertura de novo processo de alienação, conforme previsão contida no plano de Recuperação Judicial, tendo tomado ciência que a Melville também apresentou recurso, buscando o aproveitamento do leilão já iniciado para aquisição da UPI.

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

O Recurso interposto pela Inepar está com julgamento suspenso em razão do trâmite do Recurso da Melville, que teve deferido o pleito de tutela antecipada para depósito judicial do valor do Preço da UPI IPM IOG, a fim de resguardar o direito de aquisição da UPI no processo de concorrência já iniciado, no caso de provimento de seu Recurso. Até o presente momento, a Melville teve os pedidos de prazo para pagamento deferidos, estando a Inepar no aguardo do deslinde do Recurso, já que a Companhia mantém seu interesse na venda destas UPI's como forma de cumprimento do Plano de Recuperação Judicial, com objetivo de liquidação das obrigações concursais, extraconsursais e necessárias a manutenção e soerquimento das atividades operacionais.

#### Da Continuidade das operações

Dentro deste contexto, com o objetivo de manter a continuidade da empresa com geração de fluxo de caixa positivo e cumprir com as obrigações do Plano de Recuperação e também para suprir as necessidades de caixa dos projetos que estão em andamento e para novos projetos que a empresa irá participar, a administração está trabalhando para concretizar a alienação de diversos ativos listados no Plano de Recuperação, entre os quais citamos:

- I- Operações que poderão ser realizadas através de edital de oferta pública por meio de propostas fechadas para alienação dos bens:
  - a) Efetivação da alienação das ações da UPI IOG;
  - b) Efetivação da alienação dos imóveis situados nos municípios de Magé e Charqueadas;e
  - c) Efetivação da alienação de parte da UPI IPM, com máquinas e imóveis, localizados no município de Araraquara.

Il Além da disponibilidade dos ativos acima, também foi procedido:

- a) a constituição do FIDC (Fundo de Investimentos de Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase final de negociação dos créditos no valor aproximado de R\$ 1,212 bilhões, cuja expectativa de monetização é acima de R\$ 800 milhões. Tal expectativa se baseia no histórico acima de 60% de recuperação destes créditos pelas companhias, ao longo dos últimos anos.
- b) Estes créditos serão utilizados principalmente para negociar a liquidação de passivos junto ao BNDES e debenturistas da 5ª emissão e outros credores extraconcursais.

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31DE DEZEMBRO DE 2022

III Outras ações em andamento.

 a) Intenso trabalho na monetização de ativos em discussão judicial fora do FIDC.

Estes ativos em discussão fora do FIDC, somam hoje aprox. R\$ 2,1 Bi e estamos considerando como recebimento provável o valor de R\$ 1,4 milhões líquidos de despesas, ou seja, um índice de conversão de 65%, dentro do histórico. Cabe frisar que por imposição das Normas Contábeis não é permitido provisionamento de ativos a monetizar e receber, e o balanço oficial não contempla nenhum valor para os mesmos.

Por se tratar de ativos em discussão judicial, não temos como precisar as datas de monetização, porém uma informação importante é que a médiadas discussões correntes gira em torno de 8 anos, e todos eles tem datade origem igual ou superior a 7 anos.

Temos percebido crescente interesse de Fundos nacionais e internacionais em discutir estruturas que possam antecipar resultados desses claims, o que deverá permitir à Companhia a monetização antecipada de recursos relativos aos mesmos.

- b) Intensificação do trabalho comercial com a conquista de novos clientes, conforme descrito nos esclarecimentos feitos no capítulo de desempenho.;
- c) Busca de capital de giro para dar suporte aos novos projetos;
- d) Preparação de um Plano Estratégico de 5 anos que visa determinar todas as ações necessárias para manutenção das atividades pré e pós RJ.
- e) Gestão inteligente do passivo extra concursal para vinculação dos pagamentos à realização dos ativos a fim de não pressionar o caixa das atividades.
- f) Adesão ao Programa de Transação Individual instituído pela Lei 13.988/2020, através das Portarias PGFN 2.381/2021 e 9.917/2020, com homologação em dezembro/2021 e redução contábil do passivo tributárioda ordem de R\$ 1,4 bilhões, bem como a adesão à Portaria PGFN 6757/2022 que permite o pagamento da dívida fiscal com a utilização do prejuízo fiscal acumulado em até 70%, o que deverá proporcionar um pagamento de aprox. R\$ 700 milhões.

Acreditamos que, após o encerramento da recuperação judicial, a empresa terá condições de retomar suas atividades com maior tranquilidade, de forma mais acelerada e melhor habilitada em eventuais negociações com os parceiros estratégicos, contando com a qualidade de nosso acervo que assegura competitividade e posição no mercado Latino Americano de infraestrutura.

#### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

No curto prazo, a empresa tem como principal objetivo encerrar a sua recuperação judicial, bem como está empenhada em recompor a sua carteira de pedidos visando gerar novos empregos, bem como, equilibrar o seu fluxo de caixa.

No médio e longo prazo, a atual linha de produtos das empresas, e a introdução de novos produtos e sistemas de alta densidade tecnológica, juntamente com a recuperação da economia brasileira permitem que nossas empresas possam preencher a lacuna de capacidade produtiva brasileira quase aniquilada com a marginalização e fragilização das grandes empresas nacionais atuantes no setor de infra estrutura.

#### **AUDITORIA EXTERNA**

Atendendo às disposições da Instrução CVM 381/03, a INEPAR informa que neste trimestre encerrado em 31/12/2022 não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras pela Muller & Prei Auditores Independentes S/S. A Companhia adota como política atender às regulamentações que definem as restrições de serviços dos auditores independentes. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas da Companhia e de suas controladas estão de acordo com as normas internacionais dos relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte de nossos auditores independentes.

## DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes em instruções da CVM, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2022 e com referência as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, informa que compreende os critérios técnicos utilizados pelos auditores para emissão do parecer, porém entende que a Empresa apresenta as condições necessárias para a continuidade das suas operações, de acordo com o que diz o próprio parecer dos auditores independentes "a Companhia vem realizando sua carteira de projetos junto aos clientes, bem como monetizando parte de seus ativos, principalmente quanto aos "Claims" e, com esses recursos, pagando suas despesas operacionais e liquidando as obrigações do Plano de Recuperação Judicial. Tais fatores, à medida que forem sendo efetivados, contribuirão para o aumento da ocupação da capacidade fabril, a níveis satisfatórios e ao encerramento do processo de recuperação judicial." conforme demonstrado ao longo deste Relatório e principalmente no Balanço projetado.

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31DE DEZEMBRO DE 2022

Sempre respeitando as orientações dos nossos Auditores Independentes Muller & Prei , a Administração da empresa, com o compromisso de máxima transparência e realidade do nosso relatório, se permite esclarecer e adicionar informações de grande importância, consubstanciadas em notas explicativas e técnicas, além de documentação apensadas, permitindo o exercício de um Balanço gerencial que demonstra a situação real das empresas, com a consideração de tais informações factuais.